

Letters to the Fight: The Liga Newspaper and its Sayings about/to the Peasant's Education

Fabiele Stockmans De Nardi¹ and Fabiana Ferreira Nascimento de Souza²

¹ Universidade Federal de Pernambuco

Received: 8 December 2019 Accepted: 3 January 2020 Published: 15 January 2020

6

Abstract

In this paper, we worked on the modes of saying to or about the peasants in their movement of education and instruction for fighting, which are materialized in clippings of theLiganewspaper. Based on these clippings, we will work in order to understand the imaginaries that are implicated in this process of saying the peasant and the necessary raise of their awareness, especially observing the insistence of knowing the peasant and their way of life in order to recreate new sense paths regarding these subjects and their way of existence, which allows them to become subjects for the fight. These reflections are based on notions from the theoretical framework of Pecheux's Discourse Analysis, which guides us through the work of describing and interpreting the setting of the peasantry's discourse in Brazil between 1955 and 1964.

18

Index terms—

Letters to the Fight: The Liga Newspaper and its Sayings about/to the Peasant's Education Resumo-Ocupamónos, neste trabalho, dos modos de dizer para/sobre os camponeses no seu movimento de educação/instrução para a luta, que se materializam em recortes do Jornal Liga. Vamos trabalhar, a partir desses recortes, com vistas a compreender os imaginários que se colocam em jogo nesse processo de dizer o camponês e a necessária elevação de sua consciência, observando, de modo especial, a insistência na necessidade de conhecer o camponês e sua forma de vida para, então, inscrever novas trajetórias de sentido acerca desses sujeitos e sua forma de) Abstract-In this paper, we worked on the modes of saying to or about the peasants in their movement of education and instruction for fighting, which are materialized in clippings of theLiganewspaper. Based on these clippings, we will work in order to understand the imaginaries that are implicated in this process of saying the peasant and the necessary raise of their awareness, especially observing the insistence of knowing the peasant and their way of life in order to recreate new sense paths regarding these subjects and their way of existence, which allows them to become subjects for the fight. These reflections are based on notions from the theoretical framework of Pecheux's Discourse Analysis, which guides us through the work of describing and interpreting the setting of the peasantry's discourse in Brazil between 1955 and 1964.

1 I.

Introdução este trabalho, retomamos discussões realizadas em um artigo anterior (SOUZA; DE NARDI, 2019) para lançarmos um olhar sobre os modos de dizer a educação/instrução do camponês no contexto da Liga Camponesa de Galileia, movimento que entendemos como parte de processos de resistência contra práticas sociais que oprimem o camponês. Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa mais amplo que tem como propósito analisar e compreender os modos de dizer sobre os camponeses e sua luta nos discursos de/sobre a Liga de Galiléia 2 2 Este trabalho, como outros que temos produzido, são recortes da pesquisa que vem sendo realizada, como trabalho de Doutoramento de Fabiana F.N. Souza, sob a orientação da Professora Doutora Fabiele S. De Nardi (UFPE). Nessa pesquisa investigamos os sentidos construídos sobre o camponês e suas lutas através das Ligas Camponesas compreendidas como uma resposta aos anseios dos camponeses às condições,

44 sócio-político-econômicas desfavoráveis em que eles viviam. Isso se mostra para nós nas páginas dos Jornais
 45 Diário de Pernambuco e Liga -o primeiro materializa o discurso hegemônico, que criminaliza as práticas das
 46 Ligas Camponesas e este traz as vozes do campesinato, que furam o discurso hegemônico e chamam camponeses,
 47 intelectuais, estudantes para lutar pela terra.

48 , movimento inscritos em um longo processo histórico que marca a trajetória de luta dos camponeses no Brasil.
 49 Nossas atenções, neste trabalho, portanto, voltar-se-ão para a Liga Camponesa de Galileia, especificamente, sobre
 50 os modos de dizer para/sobre os camponeses no seu movimento de educação/instrução para a luta, compreendido
 51 como forma de livrar-se da tutela dos latifundiários em busca de sua autonomia como cidadãos. Para tanto,
 52 analisaremos uma matéria do Jornal Liga intitulada Camponês é Camponês e o boletim Guia do Camponês.

53 Iniciamos este artigo retomando elementos que conformam as condições de produção (em seu sentido amplo)
 54 dos discursos em análise. Num primeiro momento, apresentamos a classe camponesa e suas características a
 55 partir de uma breve passagem pela distinção entre trabalhadores rurais e camponeses, bem como sobre os modos
 56 de compreensão do campesinato em sua relação com o capital.

57 No tópico seguinte, ocupar-nos-emos de descrever a Liga de Galileia, apontando, ainda que de forma sucinta,
 58 elementos de sua criação e os objetivos a que se propôs, com destaque para a preocupação expressa com a
 59 alfabetização dos camponeses. Buscamos, neste tópico, trazer à tona elementos históricos da constituição da Liga
 60 com vistas a que se possam compreender, de forma mais consistente, os elementos que sustentam a produção
 61 dos discursos em análise, que chegam até nós mediante sua materialização no jornal Liga, de que são parte os
 62 recortes que adiante analisaremos.

63 No quarto tópico de nosso trabalho, que intitulamos O Jornal Liga e os Boletins: a letra como instrumento
 64 de luta, é que passaremos a analisar os recortes selecionados. Retirados do Jornal Liga e de seus Boletins, esses
 65 recortes, conforme procuraremos mostrar, permitem que olhemos para a importância atribuída, nos discursos da
 66 Liga, à educação/instrução do camponês e os modos de dizer essas práticas, os quais estão constituídos por uma
 67 imaginário sobre o camponês e aquele a quem se lhe atribui o dever de instruí-lo.

68 2 II.

69 Sobre os Camponeses: Quem São os Sujeitos Com Quem se Fala?

70 A classe camponesa... "toda ela se encontra manietada pelo regime de servidão, movendo-se dentro do mesmo
 71 cenário trágico, de onde só emerge para ir habitar o mocambo, a favela, a maloca, o prostíbulo, o hospital, o cárcere
 72 e, por fim, o cemitério." (JULIÃO,1962). As palavras acima foram escritas por Francisco Julião 3 3 Francisco
 73 Julião Arruda de Paula, advogado, Deputado estadual de Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro, tornou-
 74 se defensor da Liga de Galileia (sobre a qual discorreremos com mais detalhes no próximo tópico deste trabalho)
 75 depois de ter sido procurado por camponeses que estavam sofrendo perseguição do dono das terras do Engenho
 76 Galileia no Agreste de Pernambuco. O assédio ocorria por conta da criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos
 77 Plantadores de Pernambuco, logo chamada de Liga Camponesa de Galileia, acusada de congregar os camponeses
 78 a fim de promover agitação no campo. Francisco Julião acompanhou intensamente a luta dos camponeses, no
 79 decorrer de nove anos de luta, juntamente com outros intelectuais e políticos, com o intuito de difundir as Ligas
 80 pelo Brasil inteiro para ver realizada uma Reforma agrária radical. na década de 1960, e carregavam a denúncia
 81 de quem, por acompanhar a rotina de exploração vivida pelos camponeses, precisava fazer ver a trajetória de
 82 quarenta e cinco milhões de seres humanos. Esse percurso revela o lugar de condenação imposto aos camponeses
 83 que, em meados do século XX, nasciam como que marcados para morrer.

84 Tal situação de exploração, para que pudesse se perpetuar, contava com o silêncio e a conivência do Estado e
 85 com o silenciamento dos camponeses, sob pena de serem expulsos de suas casas, terem suas plantações destruídas e
 86 até perderem suas vidas. Diferentemente do trabalhador rural, cujos direitos eram previstos em lei, os camponeses,
 87 insistentes em se manterem no cultivo da terra para sustentar suas famílias, habitavam num espaço movediço
 88 dentro do regime societário capitalista. Devemos, porém, registrar que a exploração, o abandono e as injustiças
 89 não são uma condição exclusiva dos camponeses, como veremos a seguir.

90 Os trabalhadores rurais são aqueles que recebem salários dos seus empregadores, normalmente, donos de
 91 fazendas, pelo trabalho que desempenham na terra, assim como "um trabalhador industrial é pago para manter
 92 em funcionamento um alto-forno ou uma máquina de fiar" (WOLF, 1970 No artigo 2º do estatuto, definia-se
 93 trabalhador rural como "toda pessoa física que presta serviço a empregador rural ou prédio rústico, mediante
 94 pagamento de salário pago em dinheiro ou In natura, ou parte In natura e parte em dinheiro.". Essa Lei estendeu
 95 para os trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos sindicalização; salário mínimo; férias;
 96 repouso semanal remunerado; aviso prévio e indenização. A eles, acrescenta-se a proteção às mulheres e aos
 97 menores. A resposta dada pelos proprietários de terras a essa determinação foi a demissão em massa dos
 98 trabalhadores e a contratação de trabalhadores temporários. Nessa correlação de forças entre o Estado que
 99 normatiza e o Latifúndio que resiste às leis, resta a massa de trabalhadores possuidora de direitos que não se
 100 efetivam na prática.

101 Se observarmos a situação dos camponeses, a eles, não resta sequer, como já afirmamos, o amparo das leis,
 102 já que não fazem parte dessa engrenagem que polariza o trabalhador e o grande proprietário rural. A dinâmica
 103 do campesinato se distingue da condição do trabalhador rural, basicamente, por incorporar: a) A propriedade
 104 rural familiar como unidade básica da organização econômica e social; b) A agricultura como principal fonte
 105 de sobrevivência; c) A vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) A situação

106 oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. Vemos, pois, que
107 o camponês necessita controlar os próprios meios de produção (e isso inclui a posse da terra), tendo em vista
108 uma economia de subsistência, independentemente do regime societário no qual ele esteja inserido (SHANIN,
109 2005). No regime capitalista, ele está exposto a categorias como salário e lucro, (do qual ele está apartado em
110 sua essência) e é nesse regime que a proletarização do camponês é iminente. Para Marx (Apud SHANIN, 2015), a
111 dissolução das unidades de produção familiares camponesas seria uma consequência natural do desenvolvimento
112 capitalista, alcançada através da reestruturação da sociedade em duas classes fundamentais -a burguesia e o
113 proletariado.

114 Importa-nos enfatizar que havia uma previsão dos marxistas para a extinção do campesinato. Marx considerava
115 que o aprofundamento do capitalismo seria inevitável, consequentemente, só haveria espaço para a produção
116 de trabalhadores assalariados e de capital. Esse prognóstico, no entanto, não se consumou em relação aos
117 camponeses. A sua existência e persistência evidenciam que a capacidade dos grandes centros capitalistas não
118 transformaria o modo de vida do campesinato. Não queremos com isso afirmar que a proletarização não seja
119 um processo digno de nota, no entanto não foi totalizante. A sociedade não se resumiu à polarização entre
120 burguesia e proletariado, esses conviveram e convivem com o campesinato portador de uma lógica própria de
121 vida, centrada na satisfação calórica de seu núcleo familiar e na constituição de excedentes 5 5 Segundo WOLF
122 (1970), existem dois conjuntos de imperativos sociais para os quais os camponeses precisam alocar excedentes. O
123 fundo ceremonial e o fundo de aluguel. O primeiro consiste nas que são imperativos sociais (WOLF, 1970, p. 20).
124 Ou seja, os camponeses, mesmo sob certas condições, que os marginalizam, não se dissolvem, nem se diferenciam
125 "em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados..." (SHANIN, 2015, p. 58). Eles continuam a existir,
126 adaptando-se à economia capitalista da qual passam a fazer parte.

127 É nesse sistema societário que o campesinato enfrenta a expropriação e a privação da terra como o maior
128 obstáculo para se manterem camponeses. Guimarães (1963) chama a nossa atenção para os artifícios utilizados
129 pelos latifundiários com a finalidade de manter os camponeses privados de terras próprias para cultivar. Ressalta
130 a expropriação como um desses mecanismos, ao citar Rocha Pombo, pontuando que, desde o século XVII, os
131 camponeses que detinham poucas terras e uma "engenhoca" para fazer aguardente e farinha foram proibidos, por
132 decreto, de produzirem a aguardente. A farinha, produto de pouco valor agregado, não conseguia dar o sustento
133 às famílias de camponeses.

134 O autor afirma (GUIMARÃES, 1963, p. 46) que o decreto visa a proteger o mercado consolidado da aguardente
135 importada, assim como fazer com que a plantação de cana dos camponeses, em vez de ser beneficiada em suas
136 próprias terras, sirva como insumo a ser negociado com os grandes latifundiários. Estes formam cartéis entre si
137 para pagar um preço baixo ao produtor, que acaba por se endividar com grandes proprietários e são, por isso,
138 obrigados a vender suas terras. O efeito perverso, com uma roupagem de caridade dos senhores, consiste, enfim,
139 em permitir que o camponês fique nas terras, na qualidade de rendeiros, nessa situação, serão obrigados a pagar
140 aluguel ao latifundiário das terras que cultivar.

141 A privação das terras aos camponeses também foi uma artimanha utilizada politicamente pelo próprio Estado,
142 que defendia os interesses da aristocracia rural. Eles agiam por meio de princípios que norteavam as ações
143 dos fidalgos desde à época do Brasil-colônia e que Walkfield (Apud GUIMARÃES, 1963, p. 49) chamou de
144 "colonização sistemática". Esta se fundava no princípio de que as pessoas pobres não deveriam ter acesso às
145 terras virgens, para isso era necessário pô-las à venda por um preço impagável pelos camponeses mais carentes.
146 O receio dos latifundiários era que os homens e mulheres mais capazes se reservas a serem direcionadas para
147 que se mantinham as relações sociais com seus companheiros, por exemplo, as reservas para a manutenção de
148 contato com famílias diferentes para que se realizem os casamentos. Já o fundo de aluguel, que é impulsionado
149 pela existência de uma ordem social em que se verificam os camponeses pobres e os detentores da terra, consiste
150 nas reservas feitas a fim de que se pague pela terra utilizada para o cultivo, o que resulta em perda para o
151 camponês e ganho para os latifundiários, ou ainda, "...o fundo de aluguel levantado pelo camponês é parte do
152 'fundo de poder' através do qual os dominadores se alimentam." (WOLF, 1970, p. 24). tornasse produtores
153 independentes, e, assim sendo, não se colocassem à disposição dos latifundiários como trabalhadores de sua
154 propriedade (GUIMARÃES, 1963). "Para assegurar reservas de braços disponíveis, convinha aos senhores,
155 portanto, estabelecer um preço suficientemente alto a fim de que a terra não pudesse ser adquirida com facilidade
156 pelos pobres do campo.". (Ibidem, p. 49).

157 Os latifundiários, afirma Guimarães (1963), usavam todos os artifícios para impedir que os camponeses,
158 "massas humanas oprimidas...que se agregavam aos engenhos e fazendas" (Ibidem, p. 45), pudessem ali se fixar
159 permanentemente. No entanto, urge observar que, como a extensão de terras dos latifundiários era maior do que
160 a capacidade de cultivo dos membros de família, eles propunham aos camponeses sem terras que se sustentassem
161 pela inserção de sua mão de obra, assim como pela dos seus filhos como parceiros 6 Não faltam nomeações que se
162 façam corresponder aos mais diversos modos de exploração do camponês. Ser considerado morador-de-condição
163 ou, simplesmente, morador, por exemplo, diferenciavase do regime de parceria e consistia na assunção de dois dias
164 semanais de trabalho gratuito para o latifundiário em troca da moradia no sítio. Nos demais dias, o camponês,
165 além de poder cultivar as terras para . Conta-nos Julião (1970, p. 25) que "a parceria é uma modalidade de
166 exploração do campesinato cuja origem se perde na noite dos tempos. Antecede o feudalismo propriamente dito
167 e lhe sucede.". Apresenta modalidades que variam de acordo com a região do país, o tipo de lavoura e a "boa
168 vontade" do proprietário, que determina, em geral a meação, a terça e a quarta como regra de contrapartida pela

4 A LIGA CAMPONESA DE GALILEIA

169 ocupação de suas terras. A metade de todos os ganhos, a terça ou a quarta parte são ajustes iniciais que, não
170 raras vezes são alterados ao bel-prazer dos proprietários.

171 Nessa "parceria", os latifundiários ditavam as normas da negociação e, os camponeses acolhiamnas, assim
172 como a todas as suas consequências, afinal, uma vez firmados os acordos, os subordinados eram obrigados, por
173 exemplo, a consumir no barracão da fazenda, cujas contas eram feitas para subtrair do camponês mais dinheiro
174 do que ele devia; os donos da terra ainda se davam ao direito de colocar o seu gado para consumir a forragem
175 (palha do milho, rama de fava, folha e maçãs verdes do algodão herbáceo) dos camponeses no fim da colheita.
176 Essa forragem, se pudesse ser vendida pelo camponês, ajudaria a matar a sua fome. ele disponibilizadas, podia
177 trabalhar para o engenho do proprietário (se fosse o caso) e, assim, ter uma remuneração, que se chamava ganho
178 (LANNA, 1995).

179 Outra forma de os camponeses prestarem serviço aos latifundiários era através do Foro, que "corresponde à
180 quantia em dinheiro que o camponês paga pela renda do sítio." (JULIÃO, 1970, p. 28). Essa quantia era paga
181 uma vez ao ano, geralmente em dinheiro, "e em alguns casos também na forma de produtos agrícolas." (LANNA,
182 1995, p.86). O foreiro era considerado, dentre todos, o trabalhador com mais autonomia. Sua independência era
183 proveniente do fato de sua prestação com o proprietário ser, em tese, monetária. Isso lhe dava o direito, inclusive,
184 de cultivar áreas maiores que a dos moradores (Ibidem).

185 Não podemos deixar de mostrar que, independentemente da modalidade de organização na prestação de
186 serviços ao latifundiário, a exploração e a falta de garantias para os camponeses faziam-se sempre presentes
187 nessa relação sob a forma, por exemplo, de despejos dos foreiros, moradores e parceiros; de aumento do foro
188 e, principalmente, do cambão. Este instituto consistia em impor aos camponeses certo número de dias a serem
189 trabalhados, gratuitamente, fazendo o que os donos das terras designassem -limpeza de açudes; conservação de
190 estradas; trabalhos nas lavouras dos proprietários. Estes, ao imporem o tipo do serviço e a quantidade de dias
191 trabalhados, faziam-no usando o pretexto de que o cambão trazia benefícios coletivos.

192 A revolta contra o cambão foi o primeiro lampejo de incômodo e indignação que partiu dos foreiros, ao julgarem
193 que, se pagavam o foro aos donos das terras, trabalhar de graça para eles seria uma humilhação, um vexame
194 (JULIÃO, 1970). O cambão consistia no menor dos problemas que o camponês enfrentava na sua relação com os
195 donos da terra. Se atingia, no entanto, o pudor do camponês, envergonhando-o, eis uma forma contundente de
196 "acender a consciência do camponês e transformá-lo num animal político." (Ibidem, p. 29).

197 Motivos para uma revolta camponesa se avolumam, contudo envolver-se numa luta consistente e duradoura
198 contra o que os oprimia era custoso. Eles sempre foram alijados de todo processo de tomada de decisão que não
199 envolvesse diretamente as suas lavouras. Consequentemente, calar-se e aceitar a moradia, as terras para plantar
200 -mesmo diante de toda contrapartida que lhes era exigida -considerava-se uma dádiva num cenário de controle
201 da posse da terra pelos latifundiários e um enorme contingente de homens, mulheres e crianças sem casa e sem
202 terras.

203 3 III.

204 4 A Liga Camponesa de Galileia

205 Mesmo que o camponês seja apontado na sociedade como tardio em se manifestar contra as injustiças que pesam
206 sobre si, a história nos mostra diversos movimentos de resistência do campesinato brasileiro. O surgimento da
207 Liga Camponesa de Galileia pode ser lido como um desses gestos de resistência dos camponeses pernambucanos do
208 município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco. Diz-nos Julião (1962) que a Liga surgiu como consequência
209 da criação da Sociedade Agrícola e pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP), criada, segundo ele, por
210 iniciativa dos próprios camponeses do Engenho (de fogo morto) Galileia, como uma sociedade de ajuda mútua.

211 Há, no entanto, outras visões sobre a criação da Liga, que apontam um antigo líder comunista José dos Prazeres
212 como responsável pela congregação de camponeses, em litígio com latifundiários, a fim de que se organizassem
213 para lutar por justiça no campo. Depois da criação da SAPPP, tornaram-se recorrentes as chamadas à delegacia;
214 as arbitrariedades policiais; o aumento exorbitante do foro; as tentativas de despejo dos foreiros. Resta, então,
215 aos camponeses buscar ajuda na capital. É nessa busca que os foreiros se encontram com o advogado Francisco
216 Julião -que se torna, posteriormente, um fervoroso defensor da Liga de Galileia -e, em seguida, com alguns
217 parlamentares que passaram a lutar contra as arbitrariedades policiais cometidas contra os foreiros do Engenho.

218 Conquanto não haja unidade na versão sobre sua origem, a existência da Liga de Galileia e das Ligas vindouras
219 são entendidas:

220 Como organização, se caracterizam pela forma centralizada de atuação. Trata-se de uma associação, o nome
221 pouco importa, que organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses. A sede central deve ficar na
222 capital do Estado ou na maior cidade da região em que se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes,
223 os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma justiça mais avançada ou menos reacionária do que
224 aquela que se deixa sufocar, numa cidadelinha do interior, sob o peso do latifúndio. (JULIÃO, 1962, p. 47)
225 Embora Julião tenha expressado que "o nome pouco importa", é pelo nome que os processos de luta pela terra
226 e de igualdade por direitos se inscrevem na história, para significar. É pelo nome que se faz eco, e são os
227 ecos produzidos pelo uso da palavra "Liga" que ditam o efeito de sentido nessa passagem de SAPPP para Liga
228 Camponesa de Galileia. O imaginário (dos detentores do poder) sobre a Liga dos comunistas, correspondendo
229 à União operária criada em meados do século XIX 7 7 A união de trabalhadores, que se formou por volta de

230 1848, composta, principalmente, de artesãos alemães exilados em outros países da Europa, constituía a Liga
231 dos Justos. Contrapunha-se ao socialismo que, à época, era considerado uma doutrina burguesa, pois pregava
232 diversas manobras reformistas dentro do sistema de exploração capitalista. Alinhava-se com os comunistas que,
233 por sua vez, estavam a favor da derrubada revolucionária da ordem existente e da construção de uma sociedade
234 igualitária. A Liga dos Justos, ao , projeta-se nas ações dos oprimidos em busca de reparação contra injustiças.
235 Portanto, a criação de sociedades, associações, por suscitar o medo da classe dominante de perder sua propriedade
236 e, imaginariamente, vincular-se ao esfacelamento da estrutura da sociedade capitalista, corresponde ao que um
237 dia, consolidou-se como uma Liga: lugar de perigo, desordem, ameaça? A Liga de Galileia tinha como objetivos
238 imediatos -segundo Julião (1962) -formar um fundo para adquirir caixões de madeira destinados, principalmente,
239 às crianças, cujo índice de mortalidade era assustador; obter auxílio governamental de assistência técnica; adquirir
240 sementes, adubos e instrumentos agrícolas para os foreiros e, principalmente, fundar uma escola primária para que
241 todos pudessem se alfabetizar. À época, em Galileia, já viviam 140 famílias, totalizando mais de 1.000 pessoas
242 no engenho. A Constituição de 1946 (vigente em 1955, ano da fundação da Liga de Galileia) no seu artigo 168,
243 inciso III, previa a obrigatoriedade da oferta de ensino gratuito nos estabelecimentos industriais, comerciais e
244 agrícolas com mais de cem servidores, mas o dono do Engenho Galileia descumpria a constituição.

245 No que se refere ao aspecto educacional, a educação formal é a primeira bandeira de luta levantada pelas Ligas
246 Camponeras. Alfabetizar os camponeses é pré-requisito para o acesso ao universo letrado. A partir daí, cria-se
247 a possibilidade de sua instrução para a luta contra o imperialismo, contra as imposições do latifúndio e contra o
248 regime capitalista. Julião (2012) afirmava:

249 Elevar o nível de consciência das massas deve ser a nossa maior preocupação. Dando-lhes consciência, aprimora-
250 se a sua organização, fortalece-se a sua unidade. Quanto mais crescer a consciência política dos camponeses e
251 operários, mais resistente será a aliança operário-campionesa, que é a força básica da luta pela libertação nacional.
252 (Fundar uma escola primária para que todos pudessem se alfabetizar. Que esse tenha sido um dos objetivos
253 primeiros das ligas enquanto organização e uma de suas bandeiras de luta não é questão sem importância quando
254 pensamos, ainda hoje, nas contradições do sistema educativo brasileiro, seus furos e mecanismos de exclusão.
255 Se segue sendo entre nós uma ferida aberta o analfabetismo de uma parcela considerável de nossa população,
256 não é de se estranhar que se haja incumbido a Liga de travar sua batalha a partir desse lugar, o da necessária
257 inserção dos sujeitos no mundo da letra 9 Mas como se diz a educação do camponês? Como se diz o camponês
258 que se quer educar? O que é instruir para a luta no discurso da Liga? São essas algumas das questões que
259 nos orientam nessa trajetória em busca dos efeitos de sentido sobre educação/instrução no corpus em análise,
260 com o qual passamos a trabalhar. Entendemos que essas materialidades nos permitem vislumbrar um modo de
261 compreender a alfabetização (e a forma de orientar esse processo) como instrumento de luta, ou seja, temos em
262 construção nessas materialidades um discurso sobre a importância desse processo e o modo 'acertado' de conduzi-
263 lo, considerando o lugar desse sujeito que enuncia na posição de liderança do . O analfabetismo nesse período,
264 especialmente no campo, não era um problema apenas brasileiro, mas questão que afetava de maneira radical
265 a vida dos sujeitos no campo e suas possibilidades de contestação das diferentes formas de violência sofridas,
266 constituindo-se a impossibilidade de ler e escrever como elementos fundantes de práticas de silenciamento desses
267 sujeitos e de negação de seus direitos.

268 Não pudemos deixar de lembrar, sobre isso, de uma passagem belíssima pintada pelas tintas de Juan Rulfo em
269 seu "Nos han dado la tierra". A passagem, que usamos como epígrafe, remete ao diálogo (ou tentativa de) entre
270 um camponês e um representante de governo. No conto, ao questionar a impossibilidade de viver e plantar na
271 terra que lhes havia sido dada, el llano, a personagem de Rulfo, recebe como resposta um "diga isso por escrito".
272 A "orientação", que funciona como um movimento de interdição para esse sujeitode um lugar de contestação do
273 que lhe é "oferecido", marca o silenciamento de sua voz, revelando o funcionamento cínico de um discurso que
274 enreda o sujeito na burocracia do Estado e ignora a condição de analfabetismo de uma população historicamente
275 alijada dos processos de escolarização. movimento. É, portanto, conforme dissemos na introdução, um olhar sobre
276 os modos de dizer de/sobre os camponeses no seu movimento de educação para a luta que lançaremos sobre esse
277 corpus. Para os nossos propósitos neste trabalho, é fundamental explicitarmos que partimos da compreensão dos
278 Boletins enquanto fragmentos de um manifesto numa luta pela alfabetização e, também, enquanto objetos desse
279 processo, ou seja, instrumentos de orientação das práticas a serem construídas.Mas são, também, os Boletins,
280 matéria 10 Logo no primeiro número do Jornal, numa matéria intitulada O Camponês é Camponês, Julião se
281 dirige às classes que ele considera mais avançadas no processo de aliança com o campesinato. É desse (Liga,
282 n. 01, p. 5) 10 Reforçamos essa compreensão porque, embora as palavras educação/instrução não apareçam
283 explicitamente nas sequências recortadas, entendemos que tais sequências representam, por um lado, um recorte
284 do conjunto de textos dirigidos aos que vão promover esse movimento entre os camponeses, e por outro, no
285 caso específico dos Boletins, o material dirigido aos próprios camponeses e, portanto, orientado para falar, ao
286 camponês, sobre aquilo que ele precisa "saber". 11 O Periódico Liga foi fundado por Francisco Julião e por outros
287 intelectuais e ativistas das Ligas Camponeras em 1962. Segundo Aguiar (2014), o jornal semanal tinha como
288 objetivo dar sustentação política e ideológica ao movimento, servindo como instrumento em busca da união entre
289 o povo trabalhador e os camponeses a fim de resolver os "problemas da atualidade, agravados com a ambição e
290 a falácia das classes exploradas." (A LIGA, n. 01, p. 1).

291 5 Volume XX Issue X Version I

292 6 (G)

293 diálogo que devem surgir homens e mulheres que, por passarem a compreender as particularidades do universo
 294 do camponês, deverão tornar-se aptos a instruí-los para que se garanta a hegemonia nas lutas pela libertação dos
 295 campesinos: é preciso conduzir o camponês para a aliança com a classe operária, mas para conduzi-lo é preciso
 296 compreendê-lo.

297 O discurso de Julião, por nós compreendido como uma prática historicamente determinada, permitenos entrever
 298 as determinações das lutas de classe no capitalismo. Para se firmar uma aliança operáriocamponesa a fim de
 299 que se travem transformações nas condições materiais de produção, é necessário um alinhamento ideológico
 300 entre o proletariado e o campesinato que, embora se igualem por serem oprimidos pela burguesia, trazem traços
 301 que os diferenciam, que os antagonizam, vemo-los no enunciado: "Tanto o individualismo como o personalismo
 302 Gostaríamos de destacar, a partir de nossa leitura da SD1, o contraditório que atravessa a luta de classes e que
 303 se materializa, especialmente, nas relações entre o camponês e a propriedade e entre a exploração e a tomada de
 304 consciência de seu lugar nessa luta, que aponta para a necessidade de um reconhecimento-identificação daquele
 305 que é o seu "idêntico" nesse processo.

306 ? se opõe diametralmente ao espírito coletivista da ideologia proletária.". A proposta de luta será, portanto,
 307 vencer -pela educação do camponês individualismo e o personalismo que são características atribuídas ao
 308 camponês no enunciado da SD1.O que vemos nesse discurso, que conclama os mais esclarecidos a trazerem
 309 instrução aos campesinos, é a preocupação com o que representa o individualismo e o personalismo, como
 310 resquícios do feudalismo, essas são as marcas daqueles que prezam pela propriedade privada, e sua manutenção
 311 representa um contrassenso em relação às lutas socialistas. Para Julião (Liga, n. 01, p. 5), "O camponês quer
 312 a divisão das terras, a propriedade privada que toma proporções acentuadas nas reformas agrárias saídas das
 313 revoluções burguesas?". Tal apego à propriedade privada serviria de obstáculo à irrupção de uma economia
 314 socialista, na qual a classe operária, além de ser hegemônica, conduziria os destinos da Reforma Agrária e do
 315 campesinato. Estamos, aqui, lidando com as lutas sociais concretas, nos termos de Zizek (1996, p. 27) e, por isso,
 316 como alerta o autor, movimentando-nos na direção de compreender que a "elaboração consequente" do conceito
 317 de luta de classes "obriga-nos a admitir que não há luta de classes "na realidade": a "luta de classes" nomeia
 318 o próprio antagonismo que impede a realidade (social) objetiva de se constituir como um todo fechado em si
 319 mesmo." Ela é real, explica o autor, remetendo à noção lacaniana, enquanto "uma dificuldade, um empecilho que
 320 origina simbolizações sempre renovadas".

321 Que sejam antagônicas, portanto, essa duas classes, constituídas por sujeitos igualmente explorados, igualmente
 322 ameaçados pela maquinaria perversa do capital, não é algo estranho à compreensão do "caráter intrinsecamente
 323 contraditório de qualquer modo de produção que se baseie numa divisão de classes, isto é, cujo "princípio" seja
 324 a luta de classes", como nos mostra Pêcheux (1996, p. 143); assim como podemos pensar que é essencialmente
 325 contraditório o funcionamento ideológico, o que nas palavras Pêcheux (1996, p. 146), torna impossível "atribuir
 326 a cada classe sua própria ideologia".

327 É interessante perceber, no entanto, que, ao mesmo tempo em que Julião diz, em SD1, sobre duas classes
 328 e suas correspondentes ideologias, também diz que, contraditoriamente, os elementos que caracterizariam cada
 329 uma dessas ideologias permeiam a outra, dividida em sua própria contradição: "Tanto o individualismo como o
 330 personalismo, se bem que não sejam estranhos ao âmbito das organizações proletárias, se opõem diametralmente
 331 ao espírito coletivista da ideologia proletária."

332 Se o individualismo e o personalismo não são estranhos ao âmbito das organizações proletárias, é porque
 333 também aí se fazem presentes, penetrando pelas falhas do ritual ideológico que convoca os sujeitos a reconhecerem-
 334 se com esse lugar do proletariado. Nesse jogo da luta social concreta, portanto, não há nenhuma garantia de que
 335 o indivíduo que está na condição de explorado se reconheça "naturalmente" como tal, tampouco que reconheça
 336 aquele que o opõe e suas formas de ação como instrumentos de opressão.

337 O camponês quer a terra, quer a posse da terra, entre outras coisas, porque talvez sinta que a terra lhe
 338 pertence, enquanto locus e objeto de seu trabalho e existência. Não se trata de tarefa fácil, portanto, construir o
 339 entendimento de que é a defesa da propriedade privada justamente o que o transforma em sujeito da exploração,
 340 porque entrega a quem detém a propriedade o direito de explorar aquele que trabalha essa terra.

341 É pela instrução, portanto, que se acredita ser possível vencer a barreira que impede que esses sujeitos,
 342 divididos por "duas ideologias" (ou, talvez seja melhor dizer, divididos na ideologia) -a do individualismo e do
 343 personalismo que advém do apego à propriedade privada, e caracteriza o camponês, em confronto com o espírito
 344 coletivista, que abriga a luta a fim de que tudo seja comum a todos, que aponta para o proletariado ideal -,
 345 possam constituir uma força única de luta. É o desejo de unidade, portanto, que se faz sentir no movimento de
 346 instrução: compreender o camponês para poder fazê-lo compreender o seu lugar na luta.

347 Ao pensar pelo viés do discurso esse desejo da instrução como forma de construção de uma força massiva de
 348 luta contra a exploração, somos levados a olhar para as formas de subjetivação pelas quais se caracterizam os
 349 modos de o sujeito relacionar-se com os saberes de uma formação discursiva (FD). Parecenos pertinente, aqui,
 350 lembrar da teorização feita por Pêcheux (1996, p. 149) acerca da "figura da interpelação" pela qual se nomeia
 351 "a ligação entre o 'sujeito perante a lei' [...] e o sujeito ideológico (aquele que diz de si mesmo; "Sou eu!")." Por
 352 interpelação ideológica entende-se o processo por meio do qual somos, todos, chamados a ser sujeitos, a partir de

353 nossa identificação com um universo de saberes que fala de nós e sobre nós antes mesmo de que possamos dizer
354 eu.

355 Nesse trabalho de dizer quem é o camponês e quem é aquele que deve instruí-lo, parece funcionar de modo
356 muito forte o jogo de projeções que caracteriza uma formação imaginária enquanto terreno sobre o qual se
357 constrói o discurso. Nesse sentido, o alerta de Francisco Julião parece antever um imaginário já consolidado
358 sobre o camponês, no qual ele, ao mesmo tempo se apoia, ao descrever os pilares do que chama de sua ideologia, e
359 questiona, ao chamar o operariado à necessária compreensão desse sujeito se o que se quer é trazê-lo para a luta.
360 No plano do desejo, camponezes e operários -os primeiros por meio da instrução recebida destes, os segundos,
361 por meio de um conhecimento profundo dos que viriam a conduzirfariam a educação para a luta unidos por um
362 espírito coletivista.

363 Constrói-se, esse desejo, sobre as bases de uma possível identificação, total e completa, com esse espírito, que
364 representaria, aqui, o ideal do proletariado. Parece escapar a esse sujeito do discurso, no entanto, que há um
365 espaço da falha que produz, para o sujeito, diferentes modos de (des)identificar-se com os discursos, e que, como
366 dizia Pêcheux ([1975] 1996, 304), permitem afirmar que "não há dominação sem resistência" e "ninguém pode
367 pensar do lugar de quem quer que seja".

368 Entendemos que no trabalho de dizer o camponês, a quem se deve instruir, o que se produz nesse discurso é um
369 movimento de (re)conhecimento, de explicitação desses imaginários que permeiam os modos de olhar o camponês
370 e o campesinato. Está na base desse discurso um (des)conhecimento do que seja o campesinato, de quem são
371 os camponezes enquanto classe, como veremos em SD2, e ao mesmo tempo uma pressuposição de que é preciso
372 fazê-los alçar um nível ideológico que lhes permita ser sujeitos da luta: A SD 2 descortina ainda mais o conflito,
373 os antagonismos e a heterogeneidade no próprio campo que se contrapõe à burguesia. Existe, porém, dentre eles
374 a superveniência do sujeito operário ao qual se atribui o poder e a função de incutir no camponês os ideais do
375 proletariado, os ideais de coletividade e, por consequência, da aniquilação da propriedade individual tal qual o
376 camponês a concebe. Esse modo de dizer o sujeito operário em sua relação com o campesinato se funda, até onde
377 conseguimos recuperar, nas reflexões de Engels sobre o campesinato. Aquilo que se diz em SD 2 surge como um
378 efeito parafrástico da recusa de Engels em conceber o camponês como aliado na revolução proletária, mantendo-se
379 em seu lugar de proprietário individual -"Em nosso partido não há lugar para o camponês que reivindica que lhe
380 eternizemos a posse da sua propriedade parcelar, assim como nele não há lugar para o mestre-artesão que deseja
381 perpetuar a sua situação de mestre." (ENGELS, 1981, p. 200). e não como uma simples mecânica do maquinismo
382 da frente única ou da aliança com setores da burguesia ou com a classe operária.

383 Vemos, portanto, que a produção de sentidos em SD2 não se dissocia, como nos aclara Pêcheux ([1969] 2010,
384 p. 167), das relações de paráfrase "entre sequências tais que a família parafrástica desta sequência constitui o
385 que se poderia chamar de 'matriz do sentido'. Isso equivale a dizer que é a partir da relação no interior dessa
386 família que se constitui o efeito de sentido?". Nessa direção, podemos dizer que é o eco dessa repetição histórica,
387 de um modo de dizer o camponês e o seu (não)lugar na luta, que consolidam as projeções imaginárias a que nos
388 referimos acima, e que, uma vez convocadas a esse discurso por Julião, fazem ressoar um modo de dizer como
389 possibilidade de superar a divisão que ele inaugura. Reproduz-se aí, então, o discurso revolucionário, que busca
390 alianças, mas não a qualquer custo, não pretendendo ganhar o camponês da noite para o dia (ENGELS, 1981,
391 p. 199)... tampouco tomindo-o como um ente sem forma para engrossar as fileiras da revolução proletária: "é
392 mister entender bem o camponês como classe e não como uma simples mecânica do maquinismo Nesses modos de
393 dizer o camponês e sua necessária educação, se faz trabalhar, pelo discurso do jornal, a relação entre um estado
394 de (in)consciência e sua superação pela educação. O camponês, ainda individualista, apegado à propriedade da
395 terra, centrado na sobrevivência dos seus, precisa dominar a letra e educar-se para a luta, preparando-se para
396 participar, da frente única ou da aliança com setores da burguesia ou com a classe operária." Volume XX Issue X
397 Version I 35 (G)

398 como sujeito, desse lugar da luta. Aquele que o educa precisa antes compreendê-lo para fazê-lo melhor
399 compreender como se mover a partir desse lugar que ocupa. Em suma, vemos, tanto na SD1 quanto na SD2, um
400 movimento das Ligas camponezes a fim de dar instrução aos mais esclarecidos para que essa vanguarda possa
401 orientar o campesinato na luta revolucionária. Seguros do quanto importante era essa tarefa foi criada pelas Ligas
402 Camponezes Brasileiras uma Comissão de Educação que se compromete a empreender estudos marxista-leninistas
403 com o intuito de "forjar verdadeiros revolucionários 12 b) Os Boletins: um texto a ler, um mundo a compreender
404 ". (JULIÃO, 2012, p. 212).

405 Como já afirmamos antes, o próprio Julião, além de arregimentar os intelectuais para dar instrução aos
406 camponezes, lançou-se nessa empreitada, doutrinando (para usar a expressão dele) inicialmente os de Galileia
407 e, posteriormente, os camponezes do Brasil inteiro. Para levar esse empreendimento à frente e alcançar um
408 maior número de camponezes, passou a utilizar o espaço do Jornal Liga. Foi na publicação de Boletins, escritos
409 em linguagem simples e tom apelativo que Julião logrou despertar, conscientizar e organizar os camponezes
410 em Ligas. Vejamos agora algumas sequências discursivas recortadas dos boletins Guia do Camponês a fim de
411 compreendermos como se dá esse processo de instrução dos camponezes e como este discurso de injunção à luta se
412 apresenta como forma de resistência ao discurso hegemônico que naturaliza a exploração das massas camponezas?
413 . Não te afastes dele. Segue para a frente. A viagem é penosa. Encontrarás espinhos e traição. Não te deixes
414 vencer pelo cansaço ou pelo medo. Nem voltes do meio do caminho. Porque no fim da tua viagem encontrarás a
415 liberdade, o agasalho, o pão e a paz.

416 12 ”A prática tem demonstrado que a conquista do socialismo é fruto da organização leninista de um povo,
 417 e só com esse tipo de organização poderão as LCB melhor servir o Brasil. Mas só conseguirão impor essa
 418 organização por meio do estudo, pois é pelo estudo que se impregna o espírito revolucionário[...] Convencidas
 419 da importância dessa tarefa, as LCB criaram a sua Comissão de Educação, que já iniciou a batalha em favor do
 420 estudo marxista-leninista, que deve ser permanente, resoluta e imediata. Devemos tomar todas as medidas para
 421 tornar o trabalho de educação, dentro das LCB, um trabalho capaz de, pela sua qualidade, forjar verdadeiros
 422 revolucionários.” (JULIÃO, 2012, p. 212). SD As Sequências Discursivas de 3 a 5 foram recortadas do Boletim
 423 “Guia do Camponês” publicado por Julião no segundo número do Jornal Liga. Escrito a partir do mote
 424 “Liberdade, agasalho, pão e paz”, possui 12 estrofes numeradas de caráter injuntivo com o intuito de unir e
 425 organizar os camponeses em Ligas. Os períodos, com orações absolutas curtas e tom informal, produzem um
 426 efeito que se assemelha muito mais a uma conversa do que a um trabalho de proselitismo das massas camponesas
 427 (JULIÃO, 1962).

428 Eles são muitos milhões espalhados pelo Brasil. E vivem miseravelmente. Como animais de carga. A eles não
 429 dão nada. E deles tiram tudo. São eles que cuidam da terra. Com as mãos duras de calos.[...] E matam a fome
 430 de milhões. Mas morrem de fome. Ou vão esmolar nas portas das igrejas, nas estações de ferro e pelas feiras. Ou
 431 apodrecem nos hospitais. Para eles não há liberdade, agasalho, pão e paz. (Julião) Usado como elemento para
 432 despertar os camponeses e precipitá-los para a luta contra o latifúndio e contra as mazelas que dela decorrem,
 433 o boletim faz emergir um sujeito que, ao produzir um discurso pedagógico, conativo, ocupa um lugar que fere o
 434 discurso hegemônico sobre a ordem estabelecida no campesinato. Essa ordem, pautada na tutela do latifundiário
 435 sobre o camponês, tira deste o protagonismo e a autonomia, fazendo-o curvar-se ao foro, à morada, ao barracão
 436 e ao cambão, naturalizando esses institutos e atribuindo-lhes um caráter de dádiva. 13 Na SD3 se expressa a
 437 promessa e a forma de alcançá-la. Se o que se quer é liberdade, agasalho, pão e paz, é preciso que os sujeitos
 438 façam seu caminho, construam o caminho para a luta, e convidem os outros a caminhar ao seu lado. É preciso
 439 mover-se, e nesse mover-se é necessário construir o percurso do movimento. Nessa SD, a mesma voz que conclama
 440 os camponeses para a luta o faz respondendo a um discurso que marginaliza a Liga. Ao afirmar que a Liga
 441 é GUIA, que a Liga é o CAMINHO, para que se alcance Liberdade, agasalho, pão e paz, abrem-se frestas no
 442 discurso dominante proferido pelos latifundiários, os quais ameaçam, e chantageiam os camponeses em nome de
 443 Deus. De um deus que permite a pobreza e a miséria, prometendo recompensas aos sacrifícios terrenos somente
 444 depois da morte dos pobres. ”Ouçam o que eu digo e sigam meu conselho: quem já entrou na Liga, saia dela. O
 445 mesmo demônio que tentou a Cristo tenta o cristão. A Liga tem parte com o diabo, porque está com o olho na
 446 terra que não é dela?”. (AGUIAR, 2014, p. 187).

447 Na leitura desses fragmentos, o funcionamento pedagógico desse discurso se marca como forma necessária de
 448 instrução para a luta também pelos sentidos das palavras 14 consistir num sistema de reciprocidades tácitas, no
 449 entanto, na prática, essa instituição do parentesco ritual traz como consequência obrigações unilaterais em que,
 450 além do camponês, o afilhado também passa a dever obediência ao dono das terras. Em algumas regiões, estudos
 451 etnográficos mostraram que ”a autoridade do patrão, do marido e a do padrinho são semelhantes, na medida
 452 em que ela pode ser simultaneamente violenta e sagrada.” (LANNA, 1994, p. 294). É, então, resguardado pelo
 453 manto da obediência a quem faz a criança nascer socialmente no seio de uma comunidade, que se recrudesce
 454 a exploração: a toda dádiva corresponde sempre a imposição da retribuição. 14 ”No terreno da linguagem, a
 455 luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada
 456 uma das duas classes opostas que têm se confrontado ao longo da história. E essa luta continua hoje como uma
 457 luta revolucionária incessante contra o estágio final do capitalismo.” (PÊCHEUX, [1978] 2011, p. 273), que se
 458 fazem presentes nos movimentos de ressignificação dos dizeres sobre a Liga, conforme já tematizamos em outros
 459 trabalhos (SOUZA; DE NARDI, 2019). Dizer a Liga como guia, caminho, ”cimento” que une os camponeses, é
 460 contrapor-se ao discurso dos latifundiários, no qual dizer Liga é dizer ameaça, coisa do diabo. A Liga” está de
 461 olho numa terra que não é dela?”, diz o latifundiário, ”esquecendo-se” de dizer ao camponês, que ela também
 462 não será sua, porque é dele a propriedade, o que lhe dá o direito, divino, de fazer o outro trabalhar a terra para
 463 servir-se dos lucros que ela(e) produzir. A luta pelo sentido das palavras, a nosso ver, não é uma representação da
 464 luta de classes, e, sim, a encarnação da própria luta na voz do campesinato, para quem, apropriar-se da palavra
 465 Liga significa demarcar um lugar de insistência/resistência: é pela Liga e com a Liga que se insiste em continuar
 466 camponês, em não se proletarizar. É pela reivindicação da palavra Liga como espaço de união e de luta que os
 467 camponeses responderão à opressão por eles sofrida.

468 Parece-nos necessário, aqui, fazer algumas considerações sobre o discurso pedagógico, tratado por Eni Orlandi
 469 (1996, p. 15) a partir da discussão sobre a possibilidade de distinguirmos, por seu funcionamento, três tipos
 470 de discurso, que a autora designa como lúdico, polêmico e autoritário: ”procuraremos caracterizar o discurso
 471 pedagógico (DP), tal qual ele se apresenta atualmente, como um discurso autoritário”. Esses tipos de discurso
 472 se caracterizam, segundo a autora, a partir do tipo de polissemia, ”enquanto processo que representa a tensão
 473 constante estabelecida na relação homem/mundo”, que os caracteriza. Assim, teríamos, no discurso lúdico, uma
 474 polissemia aberta; no polêmico, controlada, e, no autoritário, uma polissemia contida.

475 Essa polissemia contida, característica do DP tal qual analisado por Orlandi, no momento específico em que
 476 situa seu texto 15 Em nosso corpus, segundo a leitura que fizemos, temos, também, nas sequências que compõem
 477 o bloco que ora analisamos, um funcionamento que poderíamos caracterizar como de um discurso pedagógico,
 478 conforme apontamos anteriormente, cuja direção é a persuasão do sujeito para luta. Entendemos, no entanto,

479 que há uma mudança de direção, com relação ao descrito por Orlando (1996) acerca do DP, justamente por estar,
480 no centro desse discurso, um questionamento sobre o referente e um trabalho justamente de desestabilização dos
481 sentidos que se faz como condição para essa adesão. Não se apaga, com isso, o fato de que aquele que fala nos
482 boletins se inscreve num lugar de autoridade acerca do que diz, enquanto sujeito marcado por sua posição de
483 intelectual, mas é na negociação dos sentidos que esse discurso se estabelece, num movimento de colocar "no lugar
484 de" uma verdade já estabelecida, aquela do latifúndio, um , expressa-se pela imposição de um saber, constituído
485 como O saber, visto que se diz a partir do lugar de autoridade que o professor ocupa na relação com o aluno: A
486 ensina B = A influencia B, o que leva a autora a dizer que "mais do que informar, explicar, influenciar ou mesmo
487 persuadir, ensinar aparece como inculcar". A pergunta sobre o referente aparece, nesse sentido, não como algo
488 a se construir, mas como algo que se deve saber, como um já-posto que não se movimenta e que fixa o sentido
489 em um lugar de fazê-lo se mover. outro modo de dizer as Ligas, os camponeses e seus direitos. Assim, ainda que
490 não se possa negar que esse dizer também se assenta sobre uma forma autoritária de dizer ao outro, talvez até
491 num entrelaçamento com o discurso religioso que ele convoca e cuja forma/tom reproduz, chamando o sujeito a
492 aderir a esse dizer como forma de encontrar a verdade e a salvação, entendemos que, considerando as condições
493 sóciohistóricas em que se inscreve esse discurso, não podemos nos furtar de dizer que esse movimento se fazia
494 necessário enquanto forma justamente de romper com uma ordem já estabelecida, construindo uma possibilidade
495 de inversão tanto nas formas de naturalização da exploração, como na promoção de uma leitura do discurso
496 cristão não como um discurso da dor, e da aceitação passiva do sofrimento, mas sim como um chamado para a
497 ação, a libertação e a justiça.

498 Por isso entendemos que, o discurso pedagógico que caracteriza o funcionamento dos boletins, ainda que se
499 faça a partir de um lugar de autoridade, não anula o camponês enquanto sujeito, mas procura se aproximar
500 dele, entender os discursos em que está mergulhado e propor, pelo tensionamento dos sentidos, a possibilidade
501 de que esse mundo em que vive venha a ser outro. Numa direção semelhante, falou Paulo Freire (1996, p. 138)
502 . Nos enunciados que compõem essa sequência discursiva, são evidenciados dois fatores que afastam o camponês
503 da educação e, consequentemente, da luta ao jogo e a bebida alcoólica. E para fazer com que os camponeses
504 entendam essas práticas como nefastas e afastem-se delas, Julião busca uma aproximação com eles, que, nesses
505 enunciados, dá-se pelo uso de palavras e expressões típicas do universo do camponês. Chama o Jogo de "Roleta"
506 e de "Bozó"; faz referência ao consumo de bebida alcoólica, dizendo: "na porta da venda Se trouxermos para cá
507 uma reflexão de Julião (1970) sobre a "Religião, cachaça e capanga", veremos que ele põe os três elementos num
508 mesmo campo de sentido como recursos do latifúndio para a manutenção do "atraso do camponês". Nos moldes
509 do Latifúndio vemos: Uma religião que condiciona o camponês a pensar que ele não pode fugir à realidade, à
510 contingência, caso contrário, não herdará o Reino dos céus; a cachaça (aguardente) que funciona como uma forma
511 "pacífica" de anestesiar o camponês, escraviza-o as horas estão perdidas" e, assim, busca a adesão "daqueles que,
512 marginalizados, forjam uma verdadeira cultura, em cujos valores é preciso penetrar se se quer chegar a eles.
513 (GUTIÉRREZ, 2000. p. 258). realidade de miséria, opressão e exploração vivida na América Latina. Segundo
514 Gustavo Gutiérrez (1996, p. 12) não se pode "separar processo histórico libertador e discurso sobre Deus.", o
515 que mostra que a proposta em torno da implementação da teologia da Libertação se coaduna com o discurso
516 praticado no Concílio Vaticano Segundo que visa a integrar a fé em Cristo, vivida em comunhão eclesial, com as
517 necessidades dos empobrecidos. (SOUZA, 2013) ao vício químico, mantendo-o, inclusive, preso ao latifundiário
518 pelas dívidas no barracão. Assim, o camponês "entrega o corpo à cachaça e a alma a Deus." (JULIÃO, 1970,
519 p. 16). Se essas duas são formas "sutis" de anestesiar o camponês, a capanga mostra a face ostensiva e violenta
520 dessa dominação.

521 É contra os mecanismos que immobilizam o camponês que Julião propõe a alfabetização: "Aprender a ler para
522 te guiares melhor na vida?"; "Troca o Bozó pela carta de ABC?"; "aprendendo a ler tu servirás melhor ao teu
523 irmão sem terra.". Guiar-se melhor na vida e servir ao irmão sem terra tendo como instrumento a alfabetização
524 faz o camponês dar um salto de consciência de seu papel na luta pelo direito de ter a terra e de viver nela com
525 dignidade(com liberdade, agasalho, pão e paz). A proposta de Julião -de trocar o jogo pela carta de ABC -ilustra
526 seu esforço no desmascaramento da ideologia dominante, já que os camponeses só deixarão de morrer de fome,
527 de esmolar nas portas das Igrejas e de apodrecerem nos hospitais se mudarem a lógica de vida que os acorrenta
528 ao latifúndio.

529 V.

530 7 Considerações Finais

531 Longe de ser um ponto final, nossas palavras aqui são uma tentativa de dar um laço, acrescentar mais um ponto
532 a esse bordado de linhas muito curvas como se tem caracterizado o nosso trabalho sobre esse corpus. A escrita
533 desse artigo nos exigiu muitos recortes, fazer diversas escolhas. Isso porque a questão da educação/instrução do
534 camponês é algo que atravessa a quase totalidade do material com que trabalhamos, de forma direta ou indireta,
535 visto aparecer como uma condição da organização dos sujeitos para a luta e um dos objetivos essenciais da Liga
536 enquanto organização.

537 Ao iniciar essa escrita, orientamo-nos, basicamente, por três questões: (a) como se diz o camponês que se quer
538 educar? (b) como se diz a educação do camponês? (c) o que é instruir para a luta no discurso da Liga?

539 Talvez a primeira consideração importante, ao se olhar para esse corpus, é entender que estamos diante de
540 um camponês que insiste em manter-se camponês, consideração que nos leva a retomar o que, em nossa análise,

541 mostrou-se como um movimento significativo no trabalho atribuído aos que são chamados a educar esses sujeitos:
542 (re)conhecê-los. Esse camponês é apresentado como sujeito à dominação e exploração dentro do sistema societário
543 capitalista, que usa todos os recursos para mantê-los no seu devido lugar: no lugar de parceiro, de morador, de
544 foreiro, todos eles manietados pelos latifundiários por meio da religião, da cachaça e do simulacro de uma relação
545 de amizade e parentesco entre os camponeses e os donos da terra.

546 **8 Volume XX Issue X Version I**

547 **9 (G)**

548 Coloca-se em evidência, nesses modos de dizer o camponês, o jogo das projeções imaginárias acerca daqueles
549 de/com quem se fala. Um jogo sobre o jogo, diríamos, no sentido de que nessas materialidades comparece, por
550 um lado, um imaginário do camponês e sua forma de vida, convocado para fazer compreender ao outro quem
551 é o camponês com quem se fala, e, por outro, ao se falar com o camponês, um imaginário sobre aquele que o
552 oprime, imaginário longamente construído pela nomeação das relações de trabalho e pessoais entre camponeses
553 e latifundiários, por meio das quais se vão apagando as marcas da opressão. É preciso capturar esse imaginário,
554 descarná-lo, virá-lo do avesso, porque, sem isso, não se pode alcançar a subversão dessa lógica perversa. E é
555 justamente pela via da educação que isso se pode fazer. Uma educação que, nas cartilhas e no Jornal Liga,
556 é dita como um movimento de instrução, instrução para a luta, instrução que demanda revirar os sentidos já
557 estabilizados e colocar outros em seu lugar, "dar nome aos bois" para poder abrir caminho para a luta. Uma
558 luta pelas palavras e por seus sentidos.

559 Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo a sua
560 resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da "justa ira"
561 dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que
562 são vítimas cada vez mais sofridas. (FREIRE, 1996, p. 10) Dar instrumentos para que possam se rebelar, como
563 diz Paulo Freire, é o que busca a Liga nesse desejo de educar/instruir, por isso é que se propõe a subversão da
564 lógica da religião, a troca do jogo e da cachaça pela alfabetização e pela instrução como forma de construir o
565 camponês como sujeito da luta. Mas para isso é necessária uma compreensão sensível acerca do camponês e de
566 sua forma de existência, especialmente por parte daquele cuja tarefa é ser seu guia. Ainda que os termos educação
567 e instrução não se façam presentes nos recortes que aqui trazemos, entendemos ser possível afirmar que é num
568 discurso de educação/instrução para a luta que esses recortes se inscrevem como parte de um corpus mais amplo
569 em que os termos funcionam numa relação de sinônímia: só se pode educar se for para a luta e, a luta, no caso
570 dos camponeses, exige que eles sejam instruídos por aqueles que, já tocados pela ideologia do proletariado, são
571 capazes de levá-los a superar o individualismo e o personalismo que está na base do que se caracteriza como a
572 ideologia camponesa.

573 A educação, portanto, tem um fim muito claro, "o de elevar a consciência das massas", conforme referimos ao
574 citar Julião (2012), promoção de uma consciência que, em nossa leitura, implica construir para esse sujeito da
575 educação a possibilidade de se contraidentificar com o discurso de que é objeto (o do latifúndio) e identificar-se
576 com o discurso do proletariado, assumindo como seu não apenas o discurso, mas o dever de fazer-se sujeito da
577 luta.

Volume XX Issue X Version I 41 (G) 1 2 3 4 5 6 7

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estelas en la mar.

[Note: (*Proverbios y cantares, Antonio Machado 1*]

Figure 1:

à agricultura.

Somente em março de 1963, o Presidente João Goulart sancionou a lei 4.214/63, que ficou conhecida como Estatuto do trabalhador rural.

Figure 2:

31

IV JULIÃO, Vemos que o intuito de Julião (2012) era 2012, p. 211) promover a união operário-campesina a fim de que, juntos, pudessem conseguir a libertação nacional. Para tanto, instruir, educar o camponês -através das Ligas e de todos os mecanismos pensados a partir dela -era urgente. Dentre os instrumentos usados para alcançar esse objetivo, estavam os Boletins e o Periódico Liga, criado por Francisco Julião juntamente com outros intelectuais e com ativistas das Ligas campesinas. Os aderir às concepções de Marx acerca da natureza da sociedade O Jornal Liga e os Boletins: a Letra Como Instrumento de Luta Nos dijeron: -Del pueblo para acá es de ustedes. Nosotros preguntamos: -¿El Llano? capitalista, tornou-se a Volume XX Issue X Version I (G) -Sí, el llano.

Figure 3:

Jesus Cristo também foi pobre como tu . E queria que o pobre tivesse a liberdade, o agasalho, o pão e a paz.

SD 5
11.

Figure 4:

Julião, no entanto, torcem essa concepção, que aprisiona o camponês, fazendo-o compreender o latifundiário corinomigo dos subvertendo o que já está socialmente estabilizado e, para isso, apresenta os gestos dos donos das terras como violentos, falsos, astutos e mentirosos. Esse movimento de subversão na/pela linguagem visa a "ressignificar" sentidos e rituais deslocando processos interpretativos já inscritos historicamente, já institucionalizados."(SOARES et al, 2015, p. 10), como condição para a luta pelo direito de continuarem a existir como camponeses.

Se compreendemos, então, que aquilo que funciona nos processos discursivos são formações imaginárias que designam os lugares que os interlocutores atribuem-se mutuamente

projeções socialmente regradas (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81), entenderemos também a urgência que tem Julião em "esclarecer o camponês" a fim de que, como sujeitos de suas lutas, compreendam que os donos das terras não são seus companheiros, não compartilham de suas dores e, sim, ao explorá-los, devem ser entendidos como inimigos. É só então, a partir dessa nova correlação de forças, que a luta pela terra pode acontecer.

Julião afirma que o proselitismo das massas camponesas é uma arma necessária para que se inicie essa luta, desde o seu início, marcada pela desigualdade. (AGUIAR, 2014). Os latifundiários tinham ao seu lado seus feitores e capangas, "a insensibilidade histórica e anacrônica da ordem jurídica e do governo do general Cordeiro de Farias" (AGUIAR, 2014, p. 186), que perseguia violentamente os movimentos sociais e, como se isso não bastasse,

em Pedagogia da Autonomia:
No fundo diminuo a distância que me separa das condições malvadas em que vivem os explorados, quando, aderindo, realmente, ao sonho de justiça, luto pela mudança radical do mundo e não apenas espero que ela chegue porque se disse que chegará. Com relação a meus alunos, diminuo a distância que me separa de suas condições negativas de vida na medida em que os ajudo a aprender não importa que saber, o do torneiro ou o do cirurgião, com vistas à mudança do mundo, à superação das estruturas injustas, jamais com vistas à sua imobilização.
(Grifo nosso)

Entendemos que essa necessidade de mexer com o já posto aparece quando observarmos SD 4. Ao trabalhar com essa sequência sentimos a necessidade de trazer novamente o que nos diz Pêcheux ([1969]

camponeses com ameaças em nome de Deus, dizendo: "A terra em que você

¹"Parceiro, como ninguém ignora, é o camponês que arrenda um pedaço de terra, mediante a entrega obrigatória ao senhor de parte do que produz (um quarto, um terço ou a metade da produção). O senhor é o proprietário, o dono das terras, o latifundiário, que, em várias regiões do Brasil, e no Nordeste, em particular, recebe a designação genérica de coronel."(JULIÃO, 1970, p. 24).

²Year 2020© 2020 Global JournalsLetters to the Fight: The Liga Newspaper and its Sayings about/to the Peasant's Education

³Considerando os objetivos deste trabalho, não nos aprofundaremos aqui nessa questão, nem mediante a exposição exaustiva de dados, nem no sentido de uma discussão teórica sobre o analfabetismo e sua conceituação, embora se trate de tema de relevância ao qual deveremos voltar em momentos posteriores.

⁴Lanna (1994) nos afirma que, na relação hierarquizada entre o patrão e os trabalhadores rurais ou foreiros, os patrões agem como se os subalternos estivessem permanentemente endividados. Se o patrão usufrui da prerrogativa de nunca iniciar quaisquer contatos sociais, os empregados ou camponeses são sempre os que têm "algo a pedir" e, assim, o patrão permite-se um alto grau de manipulação das trocas. Isso se aprofunda, quando o trabalhador ou o camponês convidam o latifundiário para serem padrinhos de suas

⁵A linguagem e seu funcionamento foi escrito em 1983 e a edição que mencionamos neste trabalho é uma edição revisada que data no ano de 1996. Consideramos importante, também, mencionar que as reflexões da autora se dirigem ao discurso pedagógico tal como se realiza nas instituições escolares, vinculando-se, portanto, a uma análise da educação formal no Brasil nesse período.

⁶A Teologia da Libertação -no confronto entre a fé cristã e as situações de opressão vividas pelos empobrecidos -nasceu, com esse nome, vinculado mais fortemente à Igreja católica, pouco antes da Conferência Episcopal de Medellín e foi fruto de reflexões sobre a

⁷© 2020 Global JournalsLetters to the Fight: The Liga Newspaper and its Sayings about/to the Peasant's Education

-
- 578 [Wolf and Sociedades Camponesas ()] , Eric R Wolf , Sociedades Camponesas . 1970. Zahar Editores: Rio de
579 Janeiro
- 580 [Pêcheux ()] , Michel Pêcheux . 1975.
- 581 [Machado et al. ()] , Antonio Machado , Poesías , Madrid . 1989. Espasa Calpe.
- 582 [Zizek and Espectro Da Ideologia ()] , Slavoj Zizek , Espectro Da Ideologia . *Um mapa da ideologia. Rio de*
583 *Janeiro: Contraponto* 1996. p. .
- 584 [Gutiérrez and Teologia Da Libertação ()] , Gustavo Gutiérrez , Teologia Da Libertação . *Perspectivas. São*
585 *Paulo: Loyola* 2000.
- 586 [Aguiar et al. ()] , Cláudio Francisco Aguiar , Julião , Uma Biografia , Janeiro Rio De . 2014. Civilização
587 Brasileira.
- 588 [Soares and Ferrari (org ())] , Alexandre S Soares , Ferrari (org . PR: EDUNIOESTE. *resistência e? Cascavel*
589 2015.
- 590 [Silva and Da ()] *A Cartilha do Camponês, o Documento "bença, mãe!" e sua recepção pela Liga Camponesa*
591 *do Engenho Galileia. Recife: UFPE*, Reginaldo José Silva , Da . 2015. 2015. Recife. Centro de Educação,
592 Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-Graduação
593 em Educação)
- 594 [Shanin ()] 'A definição de camponês: conceituações e desconceituações -o velho e o novo em uma discussão
595 marxista'. Teodor Shanin . *Revista Neraano* 2005. 8.
- 596 [Orlandi ()] *A linguagem e seu funcionamento. Campinas, SP: Pontes*, E Orlandi . 1996.
- 597 [Azevedo and Antônio ()] *As Ligas Camponesas*, Fernando Azevedo , Antônio . 1982. Rio de Janeiro: Paz e
598 Terra.
- 599 [Pêcheux ()] 'As massas populares são um objeto inanimado'. Michel Pêcheux . *Análise do discurso. Michel*
600 *Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2011. Textos escolhidos por Eni Orlandi*, 1978.
- 601 [_____ and Cambão ()] 'Cuernavaca: Centro intercultural de documentación'. _____, Cambão . *Cuaderno*
602 *Nº 1970. 13.*
- 603 [_____ ()] 'Educação de quadros: Tarefa da organização política das Ligas'. _____. *A questão agrária no*
604 *Brasil -História e natureza das Ligas Camponesas*, (São Paulo) 2012. Expressão Popular. p. .
- 605 [Rulfo ()] *El llano en llamas. México: Fondo de cultura Económica*, Juan Rulfo . 1996.
- 606 [Engels et al. ()] Friedrich Engels , Engels , São Paulo . *José Paulo Netto; Coordenação: Florestan Fernandes*,
607 1981.
- 608 [Souza et al. ()] *Entre o desejo e a contradição: os (des)caminhos em busca de uma Igreja Nova. Recife, PE:*
609 *UFPE, 2013, 144 f, Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de pós Graduação em Letras*, Fabiana Souza
610 , Ferreira Nascimento , De . 2013. Recife. Universidade Federal de Pernambuco
- 611 [Guimarães ()] *Formação da pequena propriedade: Intrusos e Posseiros*, In: *quatro séculos de latifúndio*, Alberto
612 P Guimarães . 1963. São Paulo: Fulgot.
- 613 [Engels and Marx ()] *Lutas de Classes na Alemanha*, Friedrich ; Engels , Karl Marx . 2010. São Paulo; Boi
614 Tempo.
- 615 [Pêcheux ()] *O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In. ZIZEK, Slavoj. Um mapa da ideologia*, Michel
616 Pêcheux . 1996. Rio de Janeiro: Contraponto. p. .
- 617 [Freire ()] *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Paulo Freire . 1996. São Paulo: Paz
618 e Terra.
- 619 [Pêcheux ()] *Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da Unicamp*, Michel Pêcheux . 1969.
620 2010.
- 621 [Julião ()] 'Que são as ligas camponesas?'. Francisco Julião . *RJ: Editora Civilização Brasileira* 1962. (Rio de
622 Janeiro)
- 623 [Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação Semântica e discurso. Campinas: Pontes ()]
624 'Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação'. *Semântica e discurso.*
625 *Campinas: Pontes* 1996.
- 626 [Lanna and Dívida Divina ()] *Troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas: Editora da Unicamp*,
627 Marcos P D Lanna , Dívida Divina . 1994.
- 628 [Souza et al.] 'Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS)'. Fabiana Souza , ; Ferreira Nascimento De , Fabiele De
629 Nardi , Stockmans . 10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol20pagina139a157. dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol20pagina139a157> Seção Estudos,
630 Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), 20 p. . (Especial, Dossiê "Língua, discurso
631 e trabalho na contemporaneidade)